



**A CONTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE INVESTIGAÇÃO PARA
A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO ENTRE
GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

Jane Cruz Prates *
Leonia Capaverde Bulla*
Gissele Carraro*
Juliana Rodrigues*
Eduardo B. Tonón*

Iniciamos o presente artigo destacando a importância da investigação e de uma formação que privilegie a capacidade investigativa para o fortalecimento do Serviço Social como profissão e para o aprimoramento do trabalho do assistente social, pois a partir dela produzimos conhecimentos sobre como se constituem os condicionantes de nosso trabalho, as condições em que é realizado, os processos e resultados que desencadeia, dando visibilidade a suas contribuições para a sociedade.

Além da Investigação ser parte do instrumental de trabalho para desocultar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, no Estado, nas políticas públicas, no contexto social, ela é importante ferramenta que viabiliza a elaboração de planos, a realização de diagnósticos familiares, territoriais, institucionais, permitindo a realização de sínteses e propostas mais consistentes e coerentes para o trato das expressões da questão social, nosso objeto de trabalho.

Diante da precarização de toda ordem, de relações, espaços organizativos, do próprio ensino, somos cada vez mais desafiados a fazer avaliações críticas e atualizadas para o desvendamento dos contextos singulares e coletivos com os quais trabalhamos e nos quais nos inserimos.

A investigação permite também olhares mais aprofundados e críticos sobre os novos espaços sócio-ocupacionais, sobre velhos e importantes espaços por nós ocupados que, transfigurados pelas políticas neoliberais, exigem novas leituras, pois dependendo do modo como o ocupamos somos capturados por lógicas que contrariam os valores pelos quais lutamos. (PRATES, 2006)

* é assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, professora dos Cursos de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (Brasil), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS PUCRS (Mestrado e Doutorado), Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMPP, pesquisadora produtividade do CNPq. Contatos: jprates@puers.br

* é assistente social, mestre em Serviço Social, doutora em Educação e Pós-Doutora em Envelhecimento Humano, é professora dos Cursos de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (Brasil), pesquisadora produtividade do CNPq e Coordenadora do Núcleo de Estudos em Demandas e Políticas Sociais – NEDEPS Contatos: lbulla@puers.br

* é assistente social, mestre em Serviço Social pelo PPGSS PUCRS, apoio técnico do NEDEPS PUCRS

* é estudante de Serviço Social da FSS/PUCRS e bolsista de iniciação científica FAPERGS

* é estudante de Serviço Social da FSS/PUCRS e bolsista de iniciação científica BPA

Para intervirmos, reconstituímos histórias – de sujeitos, de instituições, da profissão, do país, das políticas, pois só assim podemos entendê-los, explicá-los e isto pressupõe um movimento sistemático e transversal de investigação e problematização, ou de pesquisa. (PRATES, 2009)

Não é por outra razão que, as Diretrizes Curriculares que orientam a formação profissional no Brasil (ABEPSS, 1996) destacam a pesquisa como um dos elementos que lhe são transversais.

Ser transversal significa que em toda a disciplina e processo formativo a atitude investigativa e o exercício de processos de desvendamento, via investigação, sejam privilegiados. Significa a busca pelo adensamento sobre os sujeitos e fenômenos com os quais trabalhamos, com o compromisso ético de não nos conformarmos com o aparente, porque as populações usuárias de nossos serviços merecem de nós avaliações que contemplem essa qualidade, para que possamos propor de modo mais pertinente, contemplando inclusive e fundamentalmente as necessidades e expectativas dos sujeitos nesse processo. (PRATES, 2011)

Significa também a articulação de conteúdos teóricos com dados empíricos que emanam da realidade, dados tanto numéricos, percentuais, índices associados às expressões dos sujeitos, que também são contra-provas históricas para fundamentar argumentos, que precisam compor os produtos do nosso trabalho – tais como diagnósticos, projetos, relatórios, encaminhamentos, relatos de visitas domiciliares, avaliações de políticas, programas, contextos.

A pesquisa exige o exercício dessa mediação teórico-prática tão significativa para uma profissão interventiva como o Serviço Social, pressupõe a realização de sínteses, a priorização de dados essenciais em relação a secundários. E como procedimento pedagógico, pode e deve ser realizado no conjunto das disciplinas, para além da existência de disciplinas específicas de pesquisa social, que tem sido reduzidas em termos de carga horária, por conta da flexibilização dos currículos.

Nunca, como no tempo do fetichismo exacerbado, mascarado pela tecnologia, foi tão importante, desocultarmos as contradições desses processos. Não se pode negar a importância do desenvolvimento tecnológico e de nossa necessária apropriação acerca dessas ferramentas, mas podemos alçá-las a patamares maiores do que ferramentas, porque como tal, sua utilização depende do projeto ético-político que lhes dá sustentação e das teorias que as movimentam.

Marx (1989) já destacava na obra o capital que seria possível “escrever toda uma história de invenções a partir de 1830 com o único propósito de suprir o capital de armas contra as revoltas dos trabalhadores”, destacando o caráter contraditório do desenvolvimento tecnológico, mesmo porque a universalidade do acesso a este desenvolvimento não é garantida e a apropriação privilegiada do capitalista aumenta sua capacidade de competitividade. A inovação acelerada torna rapidamente obsoletos os meios de produção e os bens de consumo, a tecnologia, portanto, na visão marxiana é básica para o aumento da produtividade e dos lucros e, portanto, é diferencial competitivo.

Lembremos que Marx já destacava no Manifesto do Partido Comunista que, a burguesia não poderia existir sem revolucionar constantemente A captura de espaço e tempo que caracteriza a contemporaneidade reduz o tempo dedicado ao adensamento dos conhecimentos. Se por um lado temos acesso a muitas informações, a sua

sedimentação nem sempre acontece, o que facilita processos de alienação mascarados por uma apropriação superficial.

Reiteramos, portanto que, o exercício de investigar para adensar conceitos, buscar novos olhares sobre temas, desocultar contradições, articular dados é possível e necessário em todo o espaço de formação e a isto chamamos de transversalidade.

O presente estudo versa sobre as potencialidade dos Núcleos e Grupos de pesquisa, como espaço didático-pedagógico que contribui para a formação em Serviço Social e áreas afins, na medida em que privilegiam a articulação entre formação, investigação e extensão e a interface entre graduação e pós-graduação.

Parte-se da experiência concreta de 12 Grupos de Investigação e 4 Núcleos de Pesquisa da Faculdade de Serviço Social da PUCRS que vem realizando trabalho integrado de professores, alunos de graduação e pós-graduação e ainda contam com a experiência de intercâmbio de alunos da África (Moçambique) e de Córdoba (Argentina) e alunas de outras Unidades Acadêmicas, como a Psicologia.

A formação em Serviço Social no Brasil passa por um profundo momento de transformação desde a elaboração do Documento ABEPSS (ABEPSS, 1996) contendo as orientações para o ensino e o trabalho profissional do assistente social, realizados em 1996, resultando de um processo histórico de reconceituação que vem amadurecendo desde a década de 1970.

Inspirado na tradição marxista e legitimado por amplo debate da categoria profissional, através de mais de 200 oficinas realizadas em todo o território nacional, das quais 25 regionais e 2 nacionais, no início da década de 1990 (PRATES, 2003) esse documento aponta como elementos transversais e articuladores do ensino e do trabalho profissional – a questão social, objeto de trabalho do assistente, o projeto ético-político, conjunto de valores que orienta e dá direção social ao trabalho profissional e a pesquisa, como forma de desocultar a realidade, ampliar e consolidar conhecimentos.

Estes elementos articuladores e transversais devem ser contemplados em todas as disciplinas, mas, no que se refere a pesquisa, além de disciplinas específicas para o seu aprofundamento, a experiência vivenciada através de grupos e núcleos de pesquisa tem se constituído num diferencial que particulariza a Faculdade de Serviço Social, na medida em que aproxima os alunos de graduação e pós-graduação na realização de atividades conjuntas além dos debates realizados no âmbito da Pós-Graduação serem levados para a sala de aula e para os grupos e núcleos de investigação, onde são aprofundados. (PRATES, 2007).

Os grupos de investigação são espaços por excelência para o adensamento desse debate e para despertar a curiosidade científica e o espírito investigativo, instigando a formação de profissionais críticos e estimulando alunos que almejem dar prosseguimento a seus estudos para formar-se como professores e investigadores.

Tem como objetivos aprofundar o debate acerca de estudos articulados às linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação: trabalho profissional, processos e políticas sociais e gerontologia social.

Para tanto, além de reflexões sobre teoria, metodologia de pesquisa e os temas relacionados à profissão e às políticas sociais, tem sido fundamental o estímulo da aprendizagem através de leituras orientadas, oficinas e debates sistemáticos. Além da organização e da participação em eventos científicos e em algumas experiências de extensão, os participantes dos grupos também inserem-se nas investigações vivenciando

suas diferentes etapas: Organização, elaboração de instrumentos de coleta, realização de pesquisas de campo, análise de dados e documentos, sistematização de resultados, elaboração conjunta de artigos científicos e sínteses para exposição.

Estes processos ocorrem articulando alunos de graduação e pós-graduação, sob a orientação dos pesquisadores responsáveis e em alguns estudos, a interface entre grupos, núcleos e áreas diversas viabilizando o exercício da interdisciplinaridade.

Os Núcleos são estruturas maiores que agregam mais de um grupo de pesquisa e que dispõem de estrutura física para reuniões e pesquisa: salas, computadores, material para consulta, espaço para reuniões. Os Grupos são estruturas mais enxutas agregadas por um pesquisador responsável ao qual se vinculam alunos de Graduação e Pós-Graduação que pesquisam aquela temática e que tem suas produções a ela vinculadas ou que lhe são transversais. Os grupos são avalizados pela instituição de ensino e reconhecidos como tal pelo CNPq, órgão nacional de fomento a pesquisa e formação vinculado ao Ministério de Educação.

Os Núcleos e Grupos de Pesquisa da Faculdade de Serviço Social da PUCRS concentram estudos e pesquisas que versam sobre temas que se desdobram em inúmeros projetos, conforme segue:

Políticas públicas, ensino, formação e trabalho do assistente social, seguridade social, envelhecimento humano, dependência química, populações em situação de rua e outros sujeitos vulnerabilizados, migrações internacionais, violência e cultura da paz, segurança pública, direitos humanos, acessibilidade, diversidade, trabalho e saúde, terceiro setor, economia solidária, encubadoras sociais, economia social e estudos sobre América Latina,

Os alunos do Programa de Pós-Graduação vinculam-se aos grupos de acordo com a temática de seus projetos individuais e participam das pesquisas coletivas como parte do processo de formação prevista. Os Núcleos e grupos de pesquisa fazem reuniões semanais alternadas para debates sobre os estudos em andamento, análise de dados, monitoramento do trabalho de campo, realização de debates teóricos e acertos administrativos, de acordo com as demandas dos trabalhos em curso. Neste momento reúnem-se professores pesquisadores e alunos dos diversos níveis de formação. Em algumas ocasiões são convidados professores visitantes para realizar debates do interesse coletivo sobre teoria de pesquisa ou sobre os temas em estudo. Eventualmente também são realizadas reuniões inter-núcleos, possibilitando a otimização de debates e oficinas, especialmente quando se conta com a presença de professores convidados ou missões de estudo internacionais. O fato de o dia da semana para a reunião de todos os grupo e núcleos ser previamente estabelecido facilita esse processo de articulação.

A participação sistemática nos grupos de investigação estimula a construção do *habitus científico*, a consciência sobre a necessidade da educação permanente, o exercício do trabalho em equipe, além da aprendizagem sobre os temas estudados, teoria e metodologia de pesquisa e uma apropriação mais densa sobre o referencial crítico que fundamenta o ensino e o trabalho profissional no Brasil. Para dar visibilidade a riqueza dessa forma de ensino-aprendizagem realizou-se a coleta de depoimentos dos sujeitos que participam nos diferentes grupos e núcleos de investigação, a partir de entrevistas diretas, do tipo estruturadas com alunos e professores, no intuito de registrar os avanços para a aprendizagem e produção de conhecimentos possibilitada por esta estratégia pedagógica. Os resultados estão sendo analisados, mas uma totalização preliminar já

mostra o reconhecimento de parte dos participantes quanto a contribuição dessa experiência para a qualificação de sua formação, no que concerne aos aspectos mencionados anteriormente.

Destacam, além disso: a maior familiaridade em trabalhar com dados de realidade, contextualizados, realizar análises e sínteses mais qualificadas, efetivando a relação entre particularidade e universalidade, valorizando a historicidade dos fenômenos e identificando suas contradições inclusivas, efetivar relatórios e avaliações com maior qualidade, aportando contra-provas históricas quantitativas e qualitativas, respeitando prazos e regras estabelecidas por órgãos de fomento à pesquisa, apreensão de cuidados e procedimentos éticos na pesquisa, tanto no que se refere a postura em processos de coleta e tratamento dos dados, como em relação a elaboração de termos de consentimento, encaminhamento a comitês de ética, entre outros procedimentos, melhor estabelecimento de mediações entre teoria e prática, bem como o exercício da exposição oral, todas competências fundamentais ao trabalho do assistente social. Alguns extratos dessa experiência, bem como a síntese de seus resultados estão sendo documentados em um vídeo que as registra de modo sucinto facilitando o processo de socialização.

A elaboração do vídeo incluindo o roteiro, a tomada de depoimentos e a edição esta sendo planejada pelo grupo de pesquisa de modo que se constitua em um material pedagógico a ser utilizado em Unidades de Ensino que estejam implementando Núcleos e Grupos de pesquisa, para que o registro da experiência possa ser estimulador e fornecer alguns subsídios que contribuam com o processo de organização e também para ser utilizado em eventos científicos e oficinas de capacitação.

Loisos (2002, 137) destaca a importância do uso de som e imagem na pesquisa qualitativa, onde se incluem os vídeos, destacando sua relevância por duas razões:

A primeira é que imagem, com ou sem acompanhamento de som oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos, materiais. (...) A segunda razão é que embora a pesquisa social esteja tipicamente a serviço de complexas questões teóricas e abstratas, ela pode empregar, como dados primários, informação visual que não necessita ser nem em forma de palavras escritas, nem em forma de números.

Mas é importante ressaltar, como também o faz o autor que, para o pesquisador social a tecnologia é um meio e não um fim.

Destaca-se ainda a relevância do espaço pedagógico construído nos Núcleos e Grupos de Pesquisa em razão de privilegiarem a troca entre graduandos e pós-graduandos, estreitando a articulação entre a Graduação e a Pós-Graduação, os primeiros instigados a aprofundar debates e incluir os processos investigativos em sua prática cotidiana e os últimos a realizar o exercício de atividades docentes, na medida em que se envolvem com a orientação de bolsistas de iniciação científica, orientação para a realização de análises, relatórios, trabalhos para exposição em eventos, como Salões de Iniciação Científica, organização conjunta de oficinas, entre outras atividades.

Não há dúvidas que existem diferentes níveis para a realização de processos investigativos, que seguramente tem na Pós-Graduação seu lócus especial de

aprofundamento, contudo não há como pensar em educação crítica ou trabalho profissional competente, sem processos investigativos, sem uma formação e a introjeção de atitudes investigativas.

Segundo Oliveira e Oliveira (1990) para Paulo Freire:

Educação não é sinônimo de transferência de conhecimento pela simples razão de que não existe um saber feito e acabado, suscetível de ser captado e compreendido pelo educador e, em seguida, depositado nos educandos. O saber não é uma simples cópia ou descrição de uma realidade estática. A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento. Nesse sentido, a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que a vivem.

Do que nos fala Freire, se não de processos investigativos? E neste sentido, complementam os autores destacando a conclusão do educador de que “toda a pesquisa temática se faz ação pedagógica e toda a autêntica educação se faz investigação do pensar” (Oliveira e Oliveira, 1990: 20), portanto para o autor investigação e educação são momentos de um mesmo processo.

É no nível da Pós-Graduação que formamos professores e pesquisadores. Aliás, esse é o objetivo dos Mestrados Acadêmicos e Doutorados, em que pese a pouca produção de teses e dissertações sobre ensino na área do Serviço Social, se comparada a outras temáticas.

Por outro lado, temos a clareza de que a pesquisa é um importante instrumento de intervenção social, não só porque propicia a obtenção de dados sobre a realidade e desoculta relações, contradições, mascaramentos, mas também porque é espaço para o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, pois sujeitos se capacitam, organizam, mobilizam, se informam, ampliam consciência ao longo do processo, se o processo é valorizado enquanto tal, se priorizamos a participação do conjunto dos sujeitos envolvidos.

Por exemplo, quando realizamos coletas coletivas os sujeitos debatem alguns temas e ampliam seu conhecimento acerca do mesmo, pela troca propiciada, para refletir sobre seus espaços, sobre como realizam seu trabalho, sobre suas condições de trabalho, enfim, em tempos de sobretalho e ausência de espaços para organizar-se e refletir, esses processos são momentos muitas vezes ímpares. (PRATES, 2011)

Ao olharmos para o processo de amadurecimento dessa profissão ainda tão jovem, vamos encontrar a pesquisa e a produção de conhecimentos como um importante divisor de águas. Foi não só a iniciativa de ruptura, que teve seu início no Movimento de Reconceituação, sem dúvida um marco histórico, para o Serviço Social que altera significativamente a maturidade dessa profissão, no Brasil, mas a ampliação da produção de conhecimentos da área, pautada na pesquisa proporcionada pelos Programas de Pós-Graduação que iniciam na década de 1970, no País, fazendo com que a área ganhasse um novo estatuto.

O primeiro Curso de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil data de 1972, e o primeiro curso de Doutorado em Serviço Social da América Latina de 1981. (YAZBEK e SILVA, 2005)

Contudo, a produção de conhecimentos que deles decorre, terá visibilidade somente a partir de 1980, quando tem início o processo de redemocratização da sociedade brasileira e há uma efervescência de movimentos sociais, culminando com a Constituição de 1988.

Aqui é fundamental demarcar que entre o início do Movimento de Reconceitualização e os anos 1980 o país viveu um período de ditadura. E a crise do Serviço Social tradicional que já emergia em 1960 é atravessada por um processo de modernização conservada que favorece o grande capital pois enfatiza a instrumentalização operativa inspirada no neopositivismo. (NETTO, 1991).

Essa é uma pressão que hoje tem ressurgido, como parte da exigência de flexibilização das grades curriculares, associada a outras formas de redução dos custos para a formação em detrimento de sua qualidade como o ensino a distância, a inclusão de disciplinas semi-presenciais nos currículos, a pressão por sustentabilidade e produtivismo.

A década de 1980, fortalecida pelos Cursos de Pós-Graduação, viabiliza a sustentação de um novo projeto profissional, a partir do diálogo com pensadores clássicos. Até então, nossa aproximação ao paradigma dialético-crítico de inspiração marxiana, foi restrito a materiais secundários, em razão dos próprios limites impostos pela ditadura, o que Netto caracterizou como “apropriação enviesada” ao marxismo. Predominava uma leitura com forte marca estruturalista inspirada em Althusser, cujo reconhecimento da contradição não era privilegiado o que reduzia a qualidade das produções realizadas, dada a relevância dessa categoria para análise e intervenção no real e como consequência os espaços sócio-ocupacionais eram considerados como meros aparelhos de reprodução. (PRATES, 2010)

Estudos de mestrado e doutorado, além de pesquisa que vimos realizando sobre a apropriação da categoria quanto a mediação da teoria marxiana no trabalho profissional, onde se inclui a apropriação do objeto, mostram uma dificuldade especialmente em relação a categoria da contradição.

A partir de 1982 a área ganha reconhecimento dos organismos de fomento à pesquisa, mas é importante destacar nesse mesmo período as importantes contribuições de Yamamoto expressas no início dos anos 1980 que avançam nos anos 1990 e vão imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país (YAZBEK e SILVA, 2005), contribuições estas que, ressalte-se, continuam sendo fundamentais a análise da profissão no tempo presente.

É importante também destacar a criação da Revista Serviço Social e Sociedade em 1979 que repercutirá de modo significativo na socialização de produções a partir da década de 80 do século XX, bem como a reforma curricular de 1982, onde pela primeira vez a pesquisa aparece como uma das exigências da formação profissional (SIMIONATTO, 2005) e em 1987 a criação do CEDEPSS impulsionando a produção de conhecimentos e sua socialização através dos Cadernos ABESS /CEDEPSS no período de 1986 a 1998 substituídos a partir de então pela Revista Temporalis, que continua sendo editada sistematicamente pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, produções que precisamos valorizar, ler, utilizar para qualificar o debate que realizamos no cotidiano de nosso trabalho, qualificando os produtos de nosso trabalho.

Os anos 1990 foram marcantes para o Serviço Social brasileiro, apesar da ofensiva neoliberal, pois a categoria aprova o novo Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Novas Diretrizes para a Formação Profissional (ABEPSS, 1996)

Em 2005 o Serviço Social finalmente se constitui como área específica de Pós-Graduação na CAPES. (YAZBEK e SILVA, 2005)

Outro aspecto que precisa ser considerado diz respeito a produção técnica da área que mostra a sua contribuição para a sociedade brasileira a partir da realização de estudos, avaliações, capacitações profissionais, além de assessorias e consultorias. Muitos desses espaços de troca entre a Universidade e as organizações que executam serviços diretos à população são realizadas a partir de processos de extensão, quando os discentes participam, deste a elaboração das propostas até a sua execução e avaliação desenvolvendo competências diversas, algumas delas realizadas de modo interdisciplinar.

Somente para fins de exemplo, destacamos experiência realizada sobre populações em situação de rua, tanto em assessoria a instituição de abrigo, quando foi realizada pela equipe (profissionais e alunos) análise institucional, orientações jurídicas, sociais e de saúde, de modo integrado, o que contemplou, além da formação, a readequação de projetos e procedimentos, imagem institucional, entre outras iniciativas.

Quanto a segunda experiência mencionada, envolveu pesquisa e posterior atendimento social e de saúde a moradores de rua, a partir de parceria entre Serviço Social, Medicina (psiquiatria) e o poder local (Prefeitura de Porto Alegre). Ambas as experiências se originaram de estudos e processos desencadeados pelos Núcleos e Grupos de Pesquisa contemplaram além da pesquisa, ensino e extensão, tiveram apoio de órgão de fomento à pesquisa, envolveram professores, alunos de graduação e pós-graduação e contemplaram a participação de profissionais e estudantes de áreas diversas. (PRATES, 2011)

Enfatizando a importância de realizarmos esses processos de formação de modo interconectado, destacam Bulla et al (2004, 79)

Os processo de investigação precisam articular-se com experiências de extensão que contribuam para a produção coletiva de metodologias mais qualificadas de intervenção, articulando a teoria com a prática, a universidade com a comunidade, as instituições parceiras e a várias disciplinas profissionais.

As parcerias interinstitucionais, que articulam a produção de conhecimentos realizada na Universidade e a experiência concreta das instituições e organizações que tem a atribuição de executar as políticas e, portanto, prestam serviços diretos à população, enriquecem significativamente as práticas sociais.

Para a Universidade, é fundamental *alimentar-se* da vivência cotidiana e das novas demandas que são postas pela sociedade, para que se mantenha atualizada, respondendo e formando profissionais propositivos e capacitados a enfrentar a realidade concreta (...) Para as instituições ou organizações parceiras, em especial o poder público, a qualificação dos

serviços e os conhecimentos socializados subsidiam ações que possam lograr maior alcance e efetividade, beneficiando trabalhadores e especialmente o público usuário. (MENDES, PRATES e AGUINSKY, 2006)

Embora tenhamos clareza de direção social e um projeto ético-político fundamentado em valores explicitados, sabemos que, por serem contra-hegemônicos ao capitalismo, sofrem constantemente reveses.

Falar dos valores que orientam nosso projeto ético-político hoje, o que inclui a formação, a extensão e a pesquisa, é reconhecer o nosso compromisso social com a construção dessa contra-hegemonia direcionada conforme destaca Iamamoto (2004) a atuar “na transversalidade das múltiplas expressões da questão social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam”.

Para tanto, enfrentamos o desafio sistemático de desnaturalizar as desigualdades e dar visibilidade as formas criativas como os sujeitos buscam enfrentá-las, tantas vezes criminalizadas, despolitizadas, o que passa pela compreensão das lógicas do capitalismo contemporâneo e seu imperialismo material e simbólico. Imperialismo este que também invade a Universidade.

A Universidade Operacional, conforme aponta Chauí (1998), se estrutura por estratégias e programas de eficácia organizacional, utilitária e pragmática, é a chave do conhecimento tecnocrático.

No Brasil, como nos demais países latino americanos, destacam Yazbek e Silva (2005), as principais medidas governamentais que orientam as reformas educacionais são resultantes de interferências do Banco Mundial e caracterizam-se pela priorização da lógica financeira sobre a lógica social e educacional e pela redução dos gastos públicos com educação. (YAZBEK e SILVA, 2005, 35)

Na mesma perspectiva ocorre a flexibilização dos currículos em função do mercado, a pressão pela sustentabilidade e avaliações centradas na relação custo/benefício; eficácia/inoperância, produtividade/improdutividade (YAZBEK e SILVA, 2005) além da precarização do trabalho docente que acaba por repercutir na qualidade dos produtos que dele se originam.

A avalanche de Cursos de Ensino à Distância – EAD, são exemplo desse processo, o que segundo Iamamoto (2007, 440) permite antever “um crescimento do desemprego nessa área, pois dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o contingente profissional, pressionando o piso salarial, a precarização das condições de trabalho e aumentando a insegurança do trabalho.”

Conforme Iamamoto (2007) na área de Serviço Social enquanto os cursos presenciais ofertavam 70% das vagas, o EAD, em apenas 2 anos já era responsável por 30% do total de vagas, concentradas em apenas 6 cursos no país.” E ressalte-se estes dados de 2007. E conclui a autora afirmando que “O Estímulo ao EAD é um incentivo para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais – este sim o seu objetivo maior – a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. (IAMAMOTO, 2007, 441)

É importante lembrar que nosso projeto ético político

supõe uma formação generalista, sólida, pautada pela crítica social e pela competência teórico-metodológica e operativa orientada pelas Diretrizes Curriculares, pela teleologia do Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão. (YAZBEK e SILVA , 2005,37)

Mas este projeto se defronta com os processos flexibilizadores já mencionados. Contudo, nossos Programas de Pós-Graduação vem contribuindo para a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica e para a qualificação docente, a formação de pesquisadores e profissionais em todo o país e isto contribui para a consolidação do projeto ético-político profissional, o que se expressa, claramente nos Encontros e Congressos, da categoria, no Brasil.

Nosso desafio maior no contexto presente, além de lutar pela hegemonia do projeto político que construímos coletivamente e em interface com a sociedade do nosso tempo, conscientes de que é um projeto em disputa, é, sem dúvida, capilarizá-lo junto à categoria, para não sofra retrocessos conservadores, intensificar e estreitar a articulação entre Graduação e Pós-Graduação, estimular que a Pós-Graduação amplie a produção de conhecimentos que possam qualificar o ensino na Graduação.

Neste sentido, reiterar a centralidade da articulação ensino, pesquisa e extensão, potencializando espaços onde estes processos sejam adensados, especialmente num contexto de precarização generalizada e naturalizada a que todos estamos sujeitos, discentes, docentes e profissionais que trabalhamos nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, inclusive o ensino, é fundamental.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA DE SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS – Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, novembro, 1996.

ABREU, Marina M. Pesquisa em Serviço Social: tendências na implementação das Diretrizes Curriculares. Artigo. Revista Temporalis nº 14. Brasília, ABEPSS, 2007.

BULLA, Leonia Capaverde, MENDES, Jussara M R e PRATES, Jane Cruz. O processo de formação profissional na pesquisa sobre exclusão social. in BULLA, Leonia C, MENDES, J M R e PRATES, Jane C. As múltiplas formas de exclusão social. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

IAMAMOTO, Marilda. Documento CFESS As atribuições privativas e competências do Assistente social. Brasília, CFESS, 2002.



IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. Artigo Revista Temporalis. nº 3, Brasília, ABEPSS, 2004.

IAMAMOTO, Marilda. V Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Cortez, 2007.

LOISOS, Peter. Vídeo, filme e fotografia como documentos de pesquisa. In BAUER, W. e

GASKELL G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 3 ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

MARX, K. O Capital. 13 ed. Livro I Vol. I Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.

NETTO, José Paulo. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. Artigo. Cadernos ABESS nº 4. São Paulo, Cortez, 1991.

PRATES, Jane. C. Possibilidades de mediação da teoria e do método marxianos com o trabalho do assistente social. Tese de Doutorado. Porto Alegre, FSS/PUCRS, 2003.

PRATES, Jane C. O método e o potencial interventivo da pesquisa social. Revista Temporalis nº 9 Brasília, ABEPSS, 2006.

PRATES, Jane C. La conjuntura y los desafíos para la enseñanza y la investigación En el enfrentamiento a la cuestión social. Revista Regional de Trabajo Social n 45, Montevideo, EPPAL, 2009.

PRATES, Jane C. Projeto ético-político, pesquisa, formação e a produção intelectual do Serviço Social nas últimas três décadas. Anais do CBAS, Brasília, 2010.

PRATES, Jane C. 2011. A importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão para a formação de assistentes sociais. Oficina regional da ABEPSS, Florianópolis, 2011.

SIMIONATO, Ivete. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. Temporalis, Brasília: ABEPSS, n. 8, jul./dez. 2004.

SIMIONATTO. Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. Artigo. Revista Temporalis nº 9 Recife, ABEPSS, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita e SILVA, Ozanira da Silva e Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil in CARVALHO,